

# HISTÓRIAS DE VIDA, EXPERIÊNCIAS E CAMPO DE POSSIBILIDADES DE ALGUMAS MULHERES GUINEENSES

Iadira Antonio Impanta<sup>5</sup>

## Resumo

As histórias de vida e experiências das mulheres guineenses têm se tornado, cada vez mais, objeto de interesse das estudiosas, seja nas Ciências Sociais, Humanas ou outras áreas afins. Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre as histórias de vida, experiências e campo de possibilidades de algumas mulheres guineenses que fazem parte da União Democrata das Mulheres de Guiné e Cabo-Verde (UDEMU). Considerando-o uma leitura de gênero das trajetórias femininas que foram e ainda são relegadas ao segundo plano da história oficial da Guiné-Bissau. Levando em conta alguns marcadores sociais da diferença, o trabalho privilegiou três mulheres de diferentes gerações não só em termos etários, mas também do processo histórico do país, entretanto, todas elas pertencem ao mesmo partido político e se consideram parte daquelas que são chamadas de referências tanto na luta pela igualdade de gênero, como no processo de desenvolvimento do país.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau; Mulheres; Luta de libertação; Trajetórias.

---

<sup>5</sup> Doutoranda em Antropologia Social (UFSC); Licenciada em Sociologia (Unilab); Mestra em Antropologia (UFRN); Bolsista CAPES. Currículo Lattes: < <http://lattes.cnpq.br/8720031801902012> >. E-mail: yadiraimpanta@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/Natal-Brasil), a nível do mestrado. Certamente, algumas questões colocadas aqui não correspondem às que se podem encontrar na dissertação, visto que, outras informações foram modificadas ao longo da escrita do artigo. De forma geral, o trabalho buscou contribuir com uma leitura e releitura de gênero, das trajetórias femininas na Guiné-Bissau, a partir da análise de alguns aspectos biográficos de algumas mulheres que fazem parte da União Democrática das Mulheres de Guiné e Cabo-Verde (UDEMU)<sup>6</sup>, primeira organização feminina do país. Na dissertação foram abordados os formatos da participação política dessas mulheres na Guiné-Bissau, suas relações com a luta de libertação e a reverberação que essa presença feminina teve para as gerações contemporâneas de mulheres organizadas na UDEMU, o surgimento desta organização, seu funcionamento, princípios e objetivos, temas que não farão parte deste artigo, já que não constitui o seu objetivo principal.

Dito isso, nas discussões dos tópicos deste artigo, priorizo uma parcela de mulheres que conseguiram de alguma maneira mudar o cenário sociopolítico, econômico e cultural da Guiné-Bissau<sup>7</sup>. Sabe-se que depois da Carmen Pereira<sup>8</sup>, nenhuma mulher voltou a assumir o cargo de presidente da república da Guiné-Bissau. O fato de a Carmen ter sido a única a ocupar esse cargo não é surpresa porque na África, assim como no mundo inteiro, a representação das mulheres nos espaços institucionais de poder ainda é pouca. Ainda em relação à Guiné-Bissau, os dados da Política Nacional para Igualdade e Equidade de Gênero

---

<sup>6</sup> Mais sobre UDEMU, ver: Impanta, Iadira Antonio. 2020. Mulheres da UDEMU e experiências de vida: da luta de libertação à participação política. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>7</sup> É importante reforçar ainda que este trabalho trata apenas de algumas mulheres, ou seja, não pretendo de modo algum tomá-las como modelo único, mas apenas como referências e exemplos de luta pela igualdade de gênero e do processo do desenvolvimento.

<sup>8</sup> Carmen Pereira tornou-se o símbolo feminino da luta pela libertação da Guiné-Bissau. Trata-se da primeira mulher a ocupar a presidência de um país africano e única Presidenta da História da Guiné-Bissau. Foi durante três dias, em 1984, presidente em exercício.



II (PNIEGII 2017) apontam também que, apesar de todas as movimentações político-sociais no sentido de alteração desta realidade, o tratamento discriminatório advindo dos hábitos e costumes tradicionais permanecem, embora, em certos momentos, de um modo sutil. É importante ressaltar que não apenas os costumes tradicionais excluem as mulheres, visto que as modernas democracias no mundo têm se caracterizado por serem dirigidas majoritariamente por homens.

Segundo Arvanitis (2014), na Guiné-Bissau, as disparidades entre homens e mulheres no acesso às oportunidades de desenvolvimento do capital humano<sup>9</sup> permanecem. No domínio da educação, a taxa de matrícula das meninas (moças) relativa aos homens era de 93.2% em 2010, de acordo com os últimos dados disponíveis, a representação relativa das meninas diminuiu significativamente no nível secundário (51%) devido aos índices de repetência e de abandono escolar superiores (rapazes 57% contra 46% meninas). autoras como Semedo (2005) e Impanta (2015) afirmam que as meninas são as mais prejudicadas, pois são chamadas pelas mães para ajudarem nas tarefas domésticas, assim como nas atividades geradoras de rendimento para o sustento da família. O casamento e a gravidez precoce são também fatores que não favorecem a participação de meninas na escola, acabando esse elemento por estar na origem da fraca participação da mulher na vida política e nas esferas de tomada de decisão. Os dados apresentados de forma resumida permitem, de certo modo, refletir e conhecer de modo geral de que mulheres o estudo se refere.

Em termos metodológicos, o trabalho contou com diversas técnicas, principalmente a observação participante e entrevista semi-estruturada. Outra orientação metodológica do trabalho foi a história de vida, interpretada a partir da perspectiva da antropóloga Suely Kofes (1994), que será tratada de forma detalhada mais adiante. Em relação ao campo em específico, fiz uma viagem para Guiné-Bissau entre dezembro de 2018 a março de 2019. Antes disso, construí laços virtuais e físicos com pessoas que me auxiliaram em termos de contatos com a organização, assim como com as entrevistadas. Para iniciar o trabalho, fiz

---

<sup>9</sup> Importante realçar que esses dados são indicadores oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU).

uma visita à sede da UDEMU como forma de socializar-me fisicamente com o espaço e estabelecer os primeiros contatos.

No que diz respeito às entrevistadas, a escolha não foi aleatória, pois teve-se todo um cuidado de entrevistar mulheres que tiveram participação efetiva na luta armada, ou que acompanharam o processo. Mulheres de diferentes níveis e áreas de formação, etnias, regiões e religiões, cuja participação foi possível compreender através de entrevistas (fontes orais) e pesquisas bibliográficas. Para esse artigo, entrevistei um total de três mulheres cuja idade varia entre 34 e 72 anos, dentre elas, duas são economistas e uma é enfermeira reformada. Algumas entrevistas aconteceram na sala da UDEMU, outras fora dela, ou seja, em outros ambientes sociais. Todas tiveram duração de mais de meia hora e foram gravadas em kriol, e posteriormente transcritas e traduzidas de forma mais fidedigna possível, respeitando a variável linguística entre o português e o kriol. Ainda em relação às entrevistas, deixo claro que o uso do nome real das interlocutoras foi consensual entre as partes. Essa escolha não se deveu apenas ao desejo das interlocutoras, mas também à impossibilidade de ocultar suas identidades em virtude das suas trajetórias e dos cargos que ocupam na organização.

Outra questão que merece destaque é o fato de que a abordagem da pesquisa não privilegiou ou reconstruiu conflitos entre as mulheres, como também não acredito que pudesse engendrar conflitos pelo fato de identificar o nome das interlocutoras no trabalho. No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, gostaria de realçar que privilegiei a literatura sobre o continente africano, as teorias feministas africanas e, de maneira especial, o trabalho das estudiosas guineenses que procuram debruçar-se sobre as mulheres guineenses, não ignorando, obviamente, o material produzido por teóricas feministas de outros contextos. Outra parte importante da pesquisa bibliográfica é constituída por revistas africanas sobre o continente, algumas das quais sobre mulheres no contexto dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Sobre Guiné-Bissau em específico, foram consultadas algumas edições da revista Soronda, na biblioteca do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). Finalmente, parte do material impresso sobre a UDEMU usado para o trabalho é uma doação da própria organização e serve como material informativo, mas também como uma espécie de arquivo da organização que, selecionado para mim pelas próprias mulheres, permite ter

uma ideia dos temas, momentos e personagens considerados importantes e dignos de serem tratados numa pesquisa científica.

## **2. HISTÓRIAS DE VIDA, EXPERIÊNCIAS E CAMPO DE POSSIBILIDADES**

Falar das trajetórias ou histórias de vida de algumas mulheres guineenses, requer lembrar, também, as que tiveram participação direta na luta armada da libertação nacional, ou seja, as ex-combatentes. Entretanto, parece-me importante também falar da geração que não teve participação na luta, mas que atualmente integra a UDEMU. Estou me referindo à história de mulheres que romperam com a ordem hierárquica social vigente na época e deram início ao processo que elas mesmas denominam de “emancipação feminina” e de organização do movimento de mulheres. Essas histórias são colocadas como transformadoras de suas trajetórias, seja por causa da experiência adquirida ao longo da participação na luta, ou através de formação superior e do aprendizado no trabalho de organização de movimentos em prol da igualdade entre homens e mulheres.

Portanto, analiso alguns aspectos biográficos de vida de algumas mulheres da UDEMU e dos vínculos com o processo histórico específico da Guiné-Bissau. Buscarei recuperar, através das conversas e entrevistas realizadas com elas, algumas informações das suas histórias de vida e o que elas têm construído enquanto campo de possibilidades por meio das suas participações em momentos diferentes da história do movimento acima colocada. A partir das entrevistas explorei não apenas os vínculos das mulheres com o movimento, mas também algumas experiências que a princípio não se relacionam com a vida política, mas que nas ciências sociais aprendemos como estão intimamente ligados a esta. Assim, locais de nascimento, filhos, casamentos, viagens, formação, experiências educativas e famílias de origem etc., vão aparecendo nas histórias de vida dessas mulheres como assuntos que influenciaram sua decisão de participar da Luta Armada da Libertação, ou dos anos posteriores da UDEMU e da forma em que tal participação se deu; ou então que foram influenciadas e mudadas por essa participação.



Em termos conceituais trabalharei com ‘histórias’ e/ou ‘estórias’ de vida a partir da Suely Kofes (1994), e campo de possibilidades a partir da noção do antropólogo brasileiro Gilberto Velho (1999). Como afirma Kofes (1994):

As estórias de vida são como fontes de informação (falam de uma experiência que ultrapassa o sujeito que relata); como evocação (transmitem a dimensão subjetiva e interpretativa do sujeito); como reflexão (contêm uma análise sobre a experiência vivida). A tripla dimensão da história de vida permite combinar análises que levam em conta a objetividade e a subjetividade. (Kofes 1994:120).

Não pretendo organizar as histórias de vida das interlocutoras na ordem cronológica dos fatos, ou seja, do nascimento, infância à velhice, nem pretendo fazer uma reconstrução absoluta da verdade sobre elas, ou a fabricação de uma biografia. Pretendo analisar alguns fatores em comum em suas vidas e outros específicos que as tornaram referência para a história nacional, como mulheres que modificaram o cenário guineense no que diz respeito às lutas pela equidade de gênero. Assim mesmo, procuro com essas histórias entender como alguns eventos, acontecimentos e instituições modificaram suas histórias de vida. Como afirma Born (2001), algumas instituições – como o sistema escolar, o mercado de trabalho e o sistema de bem-estar com suas leis específicas – regulam a trajetória das pessoas. A escolha dos subtítulos de cada história de vida descrita deve-se à fala enfatizada das interlocutoras durante a entrevista. Os detalhes sobre cada um desses subtítulos serão feitos nas próprias descrições.

Realço ainda que os indicadores a serem explorados nas histórias de vida das interlocutoras, não são os únicos que podem permitir a compreensão de alguns fatos sociais na Guiné-Bissau, ou na vida das mulheres entrevistadas; cada mulher entrevistada destacou algumas experiências em detrimento de outras e o foco que cada uma delas deu a assuntos como cuidado dos filhos, origem rural, processos educativos de formação etc., permite pensar aspectos diferentes do processo de luta, da sua institucionalização posterior e da proposta de país ou de nação que estava em jogo, por exemplo. Além disso, darei destaque às questões ligadas à vida política, educacional, à militância na UDEMU e, por último, à influência e referências que algumas têm sobre a vida da geração atual de mulheres que estão na mesma organização. A geração aqui é tratada não apenas em termos de idade cronológica, mas principalmente do processo, ou seja, as mulheres escolhidas fazem parte de um tipo



específico de organização e de partido político, pertencem a um grupo de mulheres que lutam por igualdade de diversas formas, defendem um tipo de participação política e, por último, têm experiências históricas específicas enquanto mulheres guineenses. Algumas são ex-combatentes da liberdade da pátria, outras acompanharam o processo com os pais e algumas delas nasceram depois da independência.

Percebe-se, também, que as histórias de vida das interlocutoras são questões que têm sido pouco discutidas e trabalhadas pela sociedade guineense, assim como pelos movimentos de mulheres que lutam pela igualdade ou equidade de gênero. Sendo assim, este artigo não dará conta da totalidade das histórias de vida das nossas interlocutoras deste trabalho, mas interessa-me analisar de que forma elas construíram essas histórias – antes e depois da independência – e como elas têm influenciado outra geração de mulheres guineenses. Para Feixa e Leccardi (2010), o conceito de geração pode ser delimitado em termos sociológicos pelas referências a Comte e Dilthey, dois autores do século XIX que, apesar das diferenças entre suas abordagens teóricas, lançam as bases para reflexões subsequentes no século XX. Com isso, Bauman (2007, *apud* Feixa & Leccardi 2010:186), afirma que, as fronteiras que separam as gerações não são claramente definidas, não podem deixar de ser ambíguas e atravessadas e definitivamente não podem ser ignoradas, serve para refletirmos sobre o conceito de geração em termos gerais, e especificamente no caso estudado.

Reafirmo também que não estou procurando verdades e não verdades nas entrevistas com as mulheres, mas sim uma forma de construir a narrativa histórica de um processo que as envolve e ativar as memórias sobre a luta da libertação, suas trajetórias pessoais, política e educacionais, sem negar que existe disputa de significados, e que os significados são construídos de formas diferentes. Como colocado anteriormente, foram escolhidas três interlocutoras da pesquisa, todas vivem em Bissau (capital do país) e, como qualquer membro da UDEMU, também mantêm uma ligação forte com o partido libertador PAIGC, e são de gerações diferentes.

### **3. ULÉ NABIUTCHA: “EU TIVE VONTADE DE DEFENDER A NAÇÃO”**

“Guineense  
Somos o desfalecimento Lento  
Do eco-razão  
Das vozes da terra  
Que ontem fecundaram  
Lalas e bolanhas  
Construindo a palavra  
Hoje, sem voz, calamos

O silêncio tropeja  
Em sentimentos despedaçados  
Por novos pajens  
Da corte de demus!”  
(Tony Tcheka)

A entrevista feita com Ulé foi a segunda realizada durante o campo, aconteceu no dia 18 de janeiro de 2019 na sala da UDEMU, uma sala visivelmente grande, com documentos e fotos de participação das suas integrantes nos congressos internacionais. A sala é usada também para reuniões e recepções de visitantes que objetivam conhecer a organização. Antes da entrevista já havia estabelecido o primeiro contato com a interlocutora na primeira visita que fiz à sede da organização, fato este que favoreceu a nossa relação. Outra questão que merece ser destacada aqui é o fato dela ser aposentada na função pública guineense, diferente das duas outras interlocutoras escolhidas para esse artigo. Apesar de ser aposentada, ou talvez por isso, ela está sempre prestando serviço para o partido e para a UDEMU em específico, razão pela qual quase todos os dias está na sede da UDEMU.

Por ser uma mulher de idade avançada o tratamento foi de mãe para filha, da mesma forma que aconteceu com outras mulheres entrevistadas, tipo de tratamento que foi analisado na dissertação, mas que não será retomada nesse artigo. Ulé é uma mulher charmosa, com olhar radiante, cheio de esperança e orgulho de quem pode contar a história da Luta Armada da Libertação e da UDEMU em primeira pessoa; me recebeu na sala da UDEMU e logo em seguida disse “nha fidju bu bin! Sinta li<sup>10</sup>”, assim, começamos a nossa conversa. Como a obrigatoriedade científica manda, questionei se podia gravar ou não a nossa conversa, com movimento gestual da cabeça e acompanhado de um sim, ela me permitiu gravar. A nossa conversa teve duração de quase uma hora, mais uma vez expliquei os motivos da entrevista

---

<sup>10</sup> Minha filha já chegaste! Senta aqui.

e o objetivo do trabalho como forma de deixar claro que todas as informações por ela dadas serão usadas apenas para fins acadêmicos e nada mais que isso. Logo após essa conversa, pude observar nela uma sensação de alívio e confiança, diferente do nosso primeiro encontro. Nesse dia a interlocutora usava um estilo simples de vestuário: estava de vestido longo, um turbante e chinelo.

Ressalto ainda que não tivemos interrupções de pessoas durante a nossa conversa, o que não foi o caso na entrevista com a Bilone Nhasse, atual secretária da UDEMU; acredito que isso se deve ao fato de a secretária ter uma agenda a nível da UDEMU e do partido também e, por isso, entre uma palavra ou outra recebia ligações e pessoas que queriam passar alguma informação.

Um traço marcante da Ulé, diferente das demais interlocutoras é o tom de voz baixa, e a seriedade com que respondia cada uma das perguntas, por vezes repetia a frase como quem estivesse deixando tudo mais claro. Durante a entrevista, coloquei a questão para ela sobre o porquê da participação na luta, sua resposta foi que tinha vontade de defender a nação, sem saber que o processo duraria 11 anos.

Ulé Nabiutcha da Silva é ex-combatente da Libertação da Pátria e membro do Bureau Político do PAIGC. Durante e após a Luta Armada da Libertação desempenhou funções de enfermeira, nasceu no Sul do país, na região de Tombali<sup>11</sup>, concretamente na aldeia de Caiar, no ano de 1950, casada, mãe de três filhos. Da mesma forma que muitas ex-combatentes da liberdade da pátria, Ulé fez a primeira formação técnica de enfermagem na União Soviética (URSS), depois da luta fez o curso superior de enfermagem em Bissau, atualmente é reformada. Assim como outras mulheres da UDEMU, a Ulé tem uma trajetória de vida marcada pela Luta da Libertação Armada, a conquista da independência e a instauração do Estado Independente da Guiné-Bissau. Nas suas palavras:

Fui para a luta porque tive vontade de defender a nação, a luta significa muita coisa, sinto que participei de algo muito difícil, mas que trouxe independência para Guiné-Bissau, deu dignidade e bilhete de identidade para cada guineense, algo que não tinham. (Ulé Nabiutcha, entrevista realizada em Bissau, janeiro de 2019).

---

<sup>11</sup> Tombali é uma das regiões do sul da Guiné-Bissau, sua capital é a cidade de Catió.



A fala da interlocutora acima colocada gera uma reflexão sobre a vontade de defender a nação, ou a possibilidade de uma vontade forjada por um projeto político nacional, se levados em conta dois fatores principais. A afirmação da Ulé sobre sua vontade de defender a nação pode ser problematizada de diferentes formas. Por exemplo, mesmo reconhecendo que a infância não é um universal que possa qualificar sujeitos genéricos, é difícil imaginar uma avaliação feita por uma adolescente de 13 anos cuja única motivação fosse a defesa da nação. Não obstante, essa afirmação é a que ela escolhe como explicação para sua participação na luta no momento presente. Quer dizer, na apresentação de si mesma, nos jogos das recordações e no repertório semântico disponível no momento do nosso encontro, Ulé escolheu essa forma de explicar sua participação na luta. Contudo, outros elementos igualmente importantes aparecem também na sua resposta: uma migração rural-urbana em busca de emprego; um entusiasmo mediatizado com a libertação e uma possibilidade de ganhar a vida participando nas campanhas de recrutamento lideradas pelo Amílcar. Na sua fala há tanto pegadas de elementos históricos de uma época de transformação na Guiné Bissau, quanto um trabalho de produção de si mesma, através de escolhas de memórias e escolhas narrativas que constroem uma justificativa nobre e altamente politizada para sua participação nesse processo.

Segundo contou Ulé, ela tinha deixado sua região e ido para a capital, Bissau, com a finalidade de trabalhar e algum tempo depois dessa mudança, foi recrutada para a barraca de guerra. Nessa época, recorda Ulé, Amílcar Cabral teria informado que um terço do território da Guiné-Bissau já se encontrava livre da colonização portuguesa. Por conta dessa notícia, alguns jornalistas americanos foram para Guiné com a finalidade de documentar e comprovar as informações. Um exemplo desse momento é evidenciado na fala da interlocutora, como podemos ver no trecho seguinte:

[...] Levaram-nos para a barraca de Komo para fazermos a demonstração de que as mulheres estavam participando da luta. Os portugueses assaltaram Komo e não tivemos como sair da Ilha, conseguimos sobreviver com arroz do povo, foi durante esse tempo que me escolheram com outras meninas para Conakry, passamos três meses de formação de exército em Boké<sup>12</sup>. (Ulé Nabiutcha, entrevista realizada em Bissau, janeiro de 2019).

---

<sup>12</sup> Boké e Komo são aldeias no sul da Guiné-Bissau. Komo é uma ilha, onde iniciaram os primeiros ataques dos guerrilheiros do PAIGC.



No relato da Ulé, é perceptível a importância que ela atribui a sua participação na Luta Armada da Libertação, apesar do tempo que passou entre o momento da luta e o da entrevista, ela descreve com detalhes episódios e experiências, incluindo na sua história o registro fotográfico que compõe o arquivo memorial da UDEMU, do partido e do próprio processo da luta em si. Este arquivo faz parte dos materiais usados para analisar a participação das mulheres da UDEMU na luta e sua contribuição no desenvolvimento do país.

A participação da Ulé na luta armada como um dos pontos que nos interessa na sua trajetória, revela outras questões ligadas não só à sua trajetória pessoal, mas também a de outras mulheres que participaram desse processo; existia uma preocupação em geral, por parte delas e de outras mulheres, com a formação superior e a possibilidade que o processo da Luta Armada da Libertação significou para elas, pois a formação das mulheres foi também uma das bandeiras do Amílcar Cabral e da luta em geral.

A Ulé enquanto enfermeira contribui principalmente em duas tarefas fundamentais: a do cuidado dos enfermos e feridos e a da formação de outras mulheres na enfermagem. O papel das guerrilheiras passou para a história de forma muito dignificada e elas tornaram-se heroínas nacionais. Os demais trabalhos desempenhados por mulheres que, mesmo não pegando em armas foram fundamentais para a vitória do processo de libertação, entretanto, não ganharam o mesmo destaque histórico. A interlocutora conta ainda que não foi guerrilheira durante a Luta da Libertação Armada, mas acompanhou todo o processo como enfermeira, cuidando dos soldados feridos na guerra, organizando outras meninas enfermeiras para se deslocarem a aldeias para socorrer os soldados. Diz:

[...] Fui responsável de saúde a nível de setor na região de Quinará. Fui chefe de enfermeira, eu escolhia as meninas que iam cuidar dos feridos da guerra. Durante toda a guerra da libertação estive nas matas. (Ulé Nabiutcha, entrevista realizada em Bissau, janeiro de 2019).

Durante a entrevista, observei que a interlocutora se emocionou ao lembrar de alguns momentos dolorosos da luta, mesmo assim, ela ainda se orgulha dessa participação, por mais que não tenha sido reconhecida pelo Estado da Guiné-Bissau, da forma que alguns



homens foram reconhecidos, segundo ela. A interlocutora diz que se sente abandonada pelo país que ela deu a vida para que passasse a ser chamado do Estado livre, e que até o momento o único recurso financeiro que ela recebe é a pensão vitalícia por ter sido deputada da nação, porque fez parte da primeira legislatura do país (1973-1976) após a Proclamação da Independência.

Este não é um caso isolado se considerarmos que muitos combatentes homens, assim como mulheres, são totalmente esquecidos na narrativa histórica da Luta da Libertação Nacional e nas políticas públicas de assistência e distribuição de ajuda financeira por parte do Estado guineense. Em relação a essa questão ainda, o documentário da televisão da Guiné-Bissau (TGB), feito em 2014 em comemoração aos 41 anos da independência da Guiné-Bissau, mostra a situação de uma das antigas combatentes desconhecidas da história nacional, que passa por situações de vulnerabilidade. Intitulado “História da Brinsam”, o documentário mostra a antiga pioneira e umas das primeiras alunas da Escola Piloto Brinsam Nassentche que foi personagem de um dos livros do ensino básico guineense, ainda hoje se encontra viva, porém, segundo ela, não em boas condições como poderia estar. Nesse documentário apareceu também uma outra ex-combatente ‘esquecida’ e/ou negligenciada pela história, Clara Silva, que afirma também que o governo da Guiné-Bissau esqueceu dos combatentes e dos lugares históricos que foram palcos e centros de luta e de grandes conquistas como é o caso da aldeia de Komo.

Histórias como da Ulé, Brinsam e Clara nos remetem a questionamentos críticos do porquê algumas combatentes ganharam o prestígio social, político e econômico, enquanto outras são totalmente esquecidas como se não fizessem parte do mesmo processo histórico nacional. Esta reflexão servirá de suporte para analisar como o capital simbólico pessoal e familiar contribui de certa forma no reconhecimento e na trajetória de cada uma das entrevistadas. Outra questão que contribui para o esquecimento de algumas mulheres é o fato de pertencerem a regiões não centrais no país. Darei seguimento a descrição da trajetória da Ulé em relação aos estudos, por estar relacionado com o fato de que o capital familiar e pessoal influencia no esquecimento ou não das figuras femininas integrantes do processo da Luta Armada da Libertação.



Ulé fez os primeiros anos de ensino no internato Areolino Cruz<sup>13</sup>, depois disso fez uma formação para ministrar aulas, mas ela não chegou a confirmar se esse curso era Pedagogia ou não, outro episódio ligado à formação da interlocutora que não foi claro durante a entrevista é o início de uma formação em Gana, como se pode constatar no trecho seguinte:

[...] Na época eu tinha uns 15 a 16 anos, nos escolheram para fazer formação em Gana, depois de 4 meses aconteceu o golpe de Estado que tirou do poder o Kwame Nkrumah<sup>14</sup>, tivemos que voltar para Conakry de novo, de lá fomos enviadas para União Soviética para um ano de formação, era difícil naquela época. Quem nos acompanhava era a Carmen Pereira, não sabíamos falar a língua, tinha um intérprete para Carmen Pereira, para depois interpretar em *kriol* para nós, isto foi de 1965 a 1976. (Ulé Nabiutcha, entrevista realizada em Bissau, janeiro de 2019).

Nas conversas que mantive com as interlocutoras e especialmente durante o desenvolvimento das entrevistas mais estruturadas, não quis interromper a fala delas ou insistir em respostas mais precisas sobre fatos históricos, uma vez que me interessava muito mais sua percepção atual sobre o que foi e significou a luta, do que uma reconstrução histórica de fatos ou verdades históricas. Porém, essa decisão significou que algumas dúvidas não foram esclarecidas e que algumas confusões entre formação profissional e formação política atravessaram, o tempo todo, a interlocução.

A trajetória da Ulé é, sem dúvida, marcada por muitas questões que dizem respeito a ser mulher numa época de luta armada e da conquista de direito das mulheres a nível do continente africano, nos países africanos de língua oficial portuguesa e na Guiné-Bissau em específico, por fazerem escolhas que em muitos momentos questionam a lógica hierárquica guineense. Essas mulheres vivem uma tensão entre as obrigações familiares, casamento e as escolhas e/ou projetos individuais, o que torna, portanto, as suas trajetórias de vida diferentes da dos homens guineenses no geral e companheiros e/ou camaradas da guerra em específico.

Assim como lembra Kofes (1994) que caberia ao pesquisador ao ler a narrativa da história de vida, levar em conta estes elementos, considerá-la na situação de entrevista e intercruzá-la com outras narrativas. Esta abordagem nos permite refletir sobre as histórias de vida/experiências biográficas das mulheres interlocutoras, não apenas como ela foi

<sup>13</sup> Areolino Cruz foi um professor no internato de Cubucaré no sul do país na época colonial; perdeu a vida ao tentar salvar os seus alunos durante o bombardeamento de Cubucaré, no dia 17 de fevereiro de 1964.

<sup>14</sup> Ex-presidente de Gana, e um dos fundadores do Pan-africanismo.

construída, mas também o momento histórico de alguns fatos considerados importantes por elas. Essas trajetórias servem hoje de exemplo e referência para outras mulheres da UDEMU, e cruza com histórias de mulheres que fazem parte deste estudo e movimento.

A participação das mulheres na Luta da Libertação Armada foi conduzida em dois momentos, primeiro como projeto nacional de descolonização e, segundo pelo desejo de participar do processo do desenvolvimento, mas também da luta pela igualdade e desconstrução do modelo hegemônico de hierarquia social entre homens e mulheres. Fatos como esses tornaram-se importantes não só na história nacional, mas também no legado histórico das mulheres no processo da emancipação feminina na Guiné-Bissau, no continente africano e, de forma geral, no mundo todo. No caso da Ulé em específico, a participação na Luta da Libertação e parte da trajetória de vida é moldada também pelo desejo comum de uma nação livre da situação colonial que foi muito violenta. A interlocutora afirma que teve ‘vontade de defender a nação’ e, no segundo plano, almejava ter uma participação ativa nas tomadas de decisões políticas e de desenvolvimento cultural e socioeconômico do país.

A discussão sobre nação e gênero, a partir da literatura das ciências sociais, o entendimento das mulheres sobre a nação e a leitura que os homens companheiros da luta fazem delas foram trabalhadas de forma detalhada na dissertação, o que não será possível neste artigo. O processo da Luta da Libertação foi marcado por relações etnolinguísticas, de gênero e classe social. Sendo assim, se combinarmos esses marcadores sociais, podemos afirmar que a trajetória da Ulé e das demais interlocutoras da pesquisa que participaram da luta ou não e fazem parte da UDEMU é moldada por projetos individuais de negociações maternais, por exemplo, o fato de deixarem os filhos para estudarem fora do país, isso contribui para a reflexão sobre a coletivização e responsabilidade do cuidado infantil, diferente do que acontece nas sociedades urbano-industriais e euro-americanas.

Através dos relatos de experiências e trajetórias de vida, percebe-se que existe uma mudança no estilo de vida depois da inserção no movimento da luta da libertação e de forma específica na UDEMU, o partido e a UDEMU passaram a ser um espaço importante de informação, formação e emancipação. Durante a pesquisa do campo e através da entrevista realizada com a interlocutora, pude perceber que a Ulé não ocupou nenhum cargo a nível do

governo da Guiné-Bissau, diferente da Maria que já ocupou cargos como ministra e secretária de Estado, entretanto, a nível do partido, a Ulé faz parte do *Bureau* Político e das ex-combatentes da luta da libertação que integram o PAIGC. Já na UDEMU a interlocutora é membro da comissão executiva da organização, e do conselho nacional, funções não remuneradas. A trajetória da Ulé, embora seja singular em alguns aspectos, serviu de base para analisar as trajetórias de outras mulheres da UDEMU, ou seja, permitiu entender os pontos em comum e diferentes que as tornam únicas em termos do processo. Para dar continuidade à proposta desse artigo, apresentarei algumas experiências biográficas da segunda interlocutora.

#### 4. MARIA DE LURDES VAZ: “CRESCI NA LUTA”

“Só Mulher, tão Mulher  
 Mulher da Guiné  
 Sorriso suspicaz  
*pas* e sossego  
 em corpo fêmea  
 Na hora de *Kunfentu*<sup>15</sup>  
 no rufar do macaréu  
*na kabasi*  
 libertas amor  
 e orquestras  
 sinfônicas risadas  
 és mulher crescendo  
 de mansinho  
 só mulher  
 tão mulher!”  
 (Tony Tcheka)

Eram às 15h do dia 21 de janeiro de 2019, cheguei no Centro da cidade de Bissau, concretamente na sede do PAIGC para mais um dia de entrevista com as interlocutoras da pesquisa. Diferente da entrevista feita com a Ulé, a Maria me recebeu na sala onde desempenha a função da secretária do PAIGC, função que a mantém muito ocupada e dificultou um pouco o nosso encontro, entretanto, nesse dia a entrevista aconteceu no horário depois do expediente normal, segundo a interlocutora.

---

<sup>15</sup> Vento frio proveniente do deserto de Saara, ventania.

A sala era pequena, cheia de documentos do partido colocados num armário e uma mesa com computador que ela usava. A entrevista foi um momento tranquilo, diferente das outras entrevistas que aconteceram em salas muito frequentadas, pois, de vez em quando, aparecia alguém para pedir informação ou conversar com a própria entrevistada, como aconteceu no caso da entrevista feita com Teodora Inácia Gomes que não consta nesse artigo.

A Maria tem um estilo de vestuário diferente das duas outras interlocutoras, o que entendo ter a ver não só com a diferença etária, mas talvez obedeça também aos cargos que ocupam. No dia da entrevista, a Maria estava usando uma blusa e saia, estava também de joias, que acredito serem de ouro. Durante a entrevista, a fala da interlocutora era acompanhada de gestos e palavras que na sua maioria não fazem parte do vocabulário das outras interlocutoras como a Ulé, pois a Maria falava *kriol* com algumas palavras em português.

Maria Lurdes é a terceira entrevistada do trabalho, com ela o contato inicial foi pela ligação telefônica, posteriormente marcamos uma conversa pessoal com a finalidade de explicar o objetivo do trabalho e agendar um dia para a entrevista. Entretanto, mesmo depois desse primeiro contato, ela se preocupou em saber o que seria perguntado durante a entrevista e qual era o meu interesse em entrevistá-la. Este fato merece ser realçado porque ela foi a única entrevistada a fazer esse questionamento. Achei importante a fala da Maria, não só pelo fato de mostrar preocupação em relação a entrevista e os questionamentos, mas também porque revela outra face da relação entrevistadora e entrevistada, ou seja, às vezes é necessário fazer negociações sobre o que pode ser questionado ou não, e o que as interlocutoras estão disponíveis a contar. Acredito também que a interlocutora fez o questionamento pelo simples fato de desconhecer a pesquisadora e o objetivo do trabalho, mesmo depois de já ter explicado no primeiro encontro.

Poderia perguntar por que as outras interlocutoras não fizeram o mesmo questionamento? Nesse momento, podemos acionar as categorias classe, idade, nível acadêmico, cargos ocupados etc. Essas categorias estabelecem de alguma forma a relação entrevistadora e entrevistada.



Quando questionada sobre a luta da libertação armada, a Maria afirma que cresceu na luta, aprendeu muito com os pais e cresceu sabendo que era necessário libertar o país do colonialismo. É interessante que enquanto Ulé relaciona em seu relato a mudança para Bissau à procura de emprego com o momento em que as pessoas estavam sendo recrutadas, Maria coloca sua decisão no plano do dever, da responsabilidade política aprendida com os pais. A vontade repentina que surgiu em Ulé de defender a nação, estimulada sem dúvida pela esperança e animação política de uma época, parece ser mais um sentido apurado histórico da responsabilidade na reflexão sobre si feita por Maria, a produção de relatos é ela mesma uma prática atravessada pelas múltiplas marcas que nos definem como sujeitos, como a classe, o nível formativo, a história familiar etc.

Se compararmos os demais relatos das outras interlocutoras da pesquisa, como o caso da Bilone Nhasse e da Famata Djassi, mesmo não sendo escolhidas para este artigo, é possível afirmar que o motivo da participação na Luta Armada da Libertação vai depender de muitos fatores como, por exemplo, o local em que cada uma delas viviam e a inserção dos pais na luta. Em relação a Famata em específico, a inserção não se deu nem pela trajetória dos pais ou pela influência direta de outras pessoas que participavam do processo. Segue o trecho da entrevista sobre a sua participação:

[...] Os chefes de tabancas perguntavam quem queria ir para mata teria que deixar o nome e em seguida ele fazia a lista. Eu combinei com um dos chefes para ir, ele me disse o seguinte: vais mesmo? Eu respondi sim, em seguida ele disse lá as dificuldades são enormes, estou lhe avisando, e eu insistentemente dizia, eu vou. Não contei para os meus pais que eu ia integrar a guerrilha, naquela época, minha mãe estava doente, mas, mesmo assim, decidi ir para luta (Famata Djassi, entrevista realizada em Bissau, janeiro de 2019).

Já a Bilone foi tirada da casa dos pais por Carmem Pereira, uma das grandes figuras femininas da Luta Armada da Libertação, foi a partir disso que ela começou a se integrar no processo, sendo uma das pioneiras da escola Piloto em Conakry (Guiné).

Maria de Lurdes Mendes Lopes Vaz, nasceu no dia 18 de junho de 1955 na região de Bolama<sup>16</sup>, filha de um enfermeiro – funcionário de missão evangélica naquela região,

---

<sup>16</sup> Bolama é uma região da Guiné-Bissau que corresponde a uma parte do Arquipélago dos Bijagós. Sua capital é a cidade de Bolama, foi Capital da antiga Guiné-Portuguesa de 1913 a 1941.



viajava de aldeia para aldeia com a finalidade de fazer atendimento de saúde para a população – e de uma enfermeira, que segundo Maria me contou, dedicou a vida à alfaiataria e não à enfermagem. A interlocutora, que começou sua fala trazendo parte da história familiar, contou também como foi o processo do abandono da cidade onde nasceu e um pouco da trajetória da sua família:

[...] Meu pai veio de Cabo-Verde com 15 anos de idade, meus avós paternos são guineenses que foram para Cabo-verde residir. A família da minha mãe viveu em Guiné, ela é a única filha que sobreviveu. Saímos de Bolama por causa da circunstância do vento da revolução, no período que estavam ameaçando o início da luta armada, fui levada para Cacine<sup>17</sup> para fazer os primeiros anos da escola, embora minha mãe já nos ensinava em casa, depois é que foi aberta uma escola em Cadinhac (Maria Lurdes, entrevista realizada em Bissau, janeiro de 2019).

Diferente da Ulé e de outras mulheres da UDEMU que participaram do processo da luta, a Maria nasceu sete anos antes do início da luta armada em 1963. Sendo uma criança ainda naquela época, ela apenas acompanhou o processo da luta com os pais que estavam envolvidos. Mesmo assim, ela conta com detalhes alguns dos momentos vividos. Na fala da interlocutora é perceptível o quanto a família, ou os pais de forma específica, aparecem como referência e inspiração política durante a sua trajetória. Sendo assim, se combinarmos as categorias classe e nível acadêmico, podemos afirmar que o projeto intelectual teve ou ainda tem grande influência nos ideais dos militantes do PAIGC, assim como da UDEMU, e o fato da Maria ter pais militantes e escolarizados é enunciado do ponto de vista social como motivo de ela ter grandes conquistas acadêmicas, inserção no mercado de trabalho e nos cargos de destaque político no partido e no governo.

Como colocado acima, o capital social e simbólico da família é sem dúvida um alicerce para outras conquistas. Entendo, também, que a participação e a experiência dos pais na luta serviram de base para a trajetória política da Maria, desde o seu entendimento sobre o processo da luta, até a sua filiação a UDEMU, como ela mesma afirma: “na época eu era inocente em relação ao processo da luta, confiei no que os meus pais diziam, minha família foi participar do Congresso de Cassacá, meu pai em específico deu suporte como secretário durante o congresso”.

---

<sup>17</sup> Um dos setores da região administrativa de Tombali.



Segundo Bourdieu (1989) e Bertaux (2001), citados por Claudia Pacheco (2013), a trajetória educacional é um importante instrumento de análise para identificar a mobilidade social dos indivíduos dentro da estrutura social. Diferente das outras interlocutoras que não tiveram pais escolarizados, a trajetória educacional da Maria teve início em casa, pois ela afirma que já era ensinada em casa, antes mesmo de iniciar os estudos primários, por ser filha de pais letrados. Percebemos o quanto isso contribui de forma significativa na trajetória dela em relação aos estudos, assim como, muitos filhos de combatentes naquela época. Maria fez o ensino secundário na escola Piloto em Conakry, depois seguiu para formação superior.

Fiz o ensino secundário na Escola Piloto, depois fui enviada para Jugoslávia. A organização de mulheres da Jugoslávia solicitou mulheres jovens para estudarem<sup>18</sup>, fiz curso médio de economia, terminei o curso em 1974, a independência já tinha sido proclamada em 1973, chegamos depois da festa do 25 de Abril<sup>19</sup>. Minha primeira atividade foi na Comissão Feminina do partido, que integrava mulheres de Guiné e Cabo-Verde, me convidavam para secretariar todas as reuniões. Passei a fazer parte do secretariado da UDEMU, porque sempre fui muito ativa, me convidavam para todas as reuniões. (Maria Lurdes, entrevista realizada em Bissau, janeiro de 2019).

Perseguindo a trajetória dos pais, Maria contou que desde nova já se envolvia nos processos organizativos e sem dúvida contou com a ajuda e experiência de outras mulheres como Carmen Pereira, por exemplo, e as que participaram da luta e fundaram a UDEMU, uma das primeiras organizações em que ela se envolveu logo depois da sua retomada a Guiné-Bissau. O fato da Maria ser mais nova em relação a Ulé, e ainda possuir experiências significativas a nível do secretariado e no governo, explica alguns fatores relevantes na sua trajetória, como por exemplo, a atual função de secretária do partido.

A interlocutora contou também que após a morte do pai, as duas irmãs foram enviadas para o internato de Nirvana na Rússia, o outro irmão fez academia militar em Cuba, e hoje é oficial da reserva das forças armadas da Guiné-Bissau. Em relação ao estado civil, a interlocutora não contou se foi ou ainda é casada. Pular algum assunto ou pergunta específica foi recorrente em todas as entrevistas, por um motivo ou outro, as interlocutoras não

---

<sup>18</sup> Para mais detalhes sobre bolsa UDEMU ver: Impanta, Iadira António. 2020. Mulheres da UDEMU e experiências de vida: Da Luta de Libertação à participação política. Natal. Dissertação (mestrado em antropologia social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

<sup>19</sup> 25 de abril de 1974, data-se a Revolução dos Cravos, ou seja, o movimento que derrubou o regime Salazarista em Portugal.

respondiam quando a pergunta se referia à vida privada como, por exemplo, casamentos, filhos e etnia.

A pertença étnica é uma questão discutida na dissertação, onde deixo claro que a necessidade da sua discussão se deve não só ao fato de contribuir para as distintas experiências dentro da UDEMU e na vida pessoal das interlocutoras. Em algumas das entrevistas realizadas com mulheres da UDEMU em Bissau, as interlocutoras afirmam que o PAIGC, e especificamente a figura do Amílcar Cabral, incentivou sempre o espírito de “Guineendadi<sup>20</sup>” acima de tudo. Segundo o relato das interlocutoras, não se falava de etnia, mas sim de “camaradagem<sup>21</sup>”, da união para a única causa. Por conta disso, com exceção de duas, todas as outras interlocutoras não declararam a sua pertença étnica. Para Monteiro (2013:171), a formação da nação a partir de uma população étnica, cultural e socialmente heterogênea passa pela substituição de laços de solidariedade de grupo por laços de solidariedade nacionais, pois a sobrevivência e o progresso do grupo deixam de depender dos laços de solidariedade internos e passam a depender de laços intergrupos mais vastos e complexos, que tenderão a fazer desaparecer as grandes diferenças étnicas, culturais e sociais existentes. O nascimento da nação, e do tão almejado progresso, passavam pela ‘morte’ simbólica da etnia e/ou da tribo.

Em relação à trajetória política, considero importante registrar que o pertencimento partidário da Maria, e outras mulheres da UDEMU, tem sido um mecanismo de protagonismo social, assim como para a ocupação de espaços de poder. Fato este bem evidente na trajetória da Maria, que já ocupou cargos de ministra e secretária de Estado várias vezes. Quando questionada sobre os cargos que ela já desempenhou nos governos da Guiné-Bissau, a interlocutora fez um breve relato, como poderemos constatar a seguir:

Fiz minha carreira profissional na função pública, em 1995 fiz parte do comitê que foi apresentar o relatório sobre mulheres guineenses na conferência de Beijing, trabalhei no ministério da economia, fui secretária de Estado do turismo, fui ministra de turismo, fui representante do PAIGC no CRE (comissão regional da eleição) nas eleições de 2008. Depois disso, fui várias vezes membro do governo. Nunca deixei de trabalhar na secretaria do partido, fui membro da UNTG (União

---

<sup>20</sup> Guineendadi é uma categoria utilizada quando não se quer referir a pertença étnica, regional, ou religiosa de qualquer outro guineense, o termo refere-se à nacionalidade ou nação acima de qualquer outra identificação.

<sup>21</sup> As mulheres se referem a outros (as) combatentes como “camarada”.



Nacional de Trabalhadores da Guiné), no comitê sindical, sou membro fundadora da Plataforma Política das Mulheres. Como ministra, participei de vários estudos, participei no estudo sobre gênero, mulheres guineenses, dei várias palestras sobre participação das mulheres na luta, no processo da independência e na democracia. Eu criei e dirigi a equipe sobre a igualdade de gênero que culminou com a lei sobre mutilação genital feminina. Eu mesma assinei, enquanto ministra, a lei sobre tráfico de seres humanos, direitos de crianças, fiz parte da criação dessa lei. Fui conselheira do Geraldo Martins<sup>22</sup>, fui conselheira do secretário de Estado de Plano e Integração. Em 2014 o partido me nomeou como secretária de finanças e recursos humanos a nível nacional (Maria Lurdes, entrevista realizada em Bissau, janeiro de 2019).

Em um trabalho sobre percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau, Patrícia Godinho Gomes (2016) destaca de forma detalhada os cargos já ocupados por Maria, antes da abertura pluripartidária, como podemos ver a seguir: em 1990 foi Diretora do Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Ministério da Coordenação Econômica e Chefe de Gabinete e Assessora Econômica da Ministra da Promoção Feminina no primeiro Governo do PAIGC após as eleições de 1994, em 2004 assumiu o cargo de Secretária de Estado do Turismo e após as eleições legislativas de 2008, que viu o P.A.I.G.C. vencedor, foi nomeada Ministra do Turismo, e posteriormente, Ministra da Mulher, Coesão Social e Luta contra a Pobreza.

Maria faz parte de um número reduzido de mulheres guineenses e da UDEMU que conseguiram ocupar cargos de destaque e de tomadas de decisão no governo, mudando de certa forma o quadro geral de mulheres neste espaço. Entendo que a UDEMU se tornou para as mulheres um espaço de ressignificação das suas trajetórias e experiência de vida, sobretudo no que diz respeito à luta pela igualdade e participação política. Não é por acaso que as interlocutoras reforçaram várias vezes durante a conversa que pertencer a UDEMU tem sido um mecanismo de conquista de espaços que na sua maioria eram e ainda são ocupados por homens. Por outro lado, a UDEMU, segundo estas mulheres, teria desempenhado um papel preponderante na conscientização de outras mulheres, principalmente sobre ações de emancipação feminina e participação política, por meio dos eventos realizados pela organização.

---

<sup>22</sup> Membro do PAIGC, foi ministro da Economia e Finanças de 2014 até início de 2015.

Para Gilberto Velho (1999:40) o campo de possibilidade é definido como “o espaço para formulação e implementação de projetos”. Esse espaço, no entanto, além de ser dinâmico e não determinista, como reconhece o autor, tem também suas limitações. Sendo assim, falar de possibilidades é também falar de limitações. No caso específico das interlocutoras da pesquisa, filiar-se à UDEMU tornou-se um campo de possibilidade no momento em que desejaram lutar pela igualdade entre homens e mulheres. Entretanto, não significa que isso se concretize totalmente, se levarmos em conta os fatores como instabilidade política governamental do país, a falta de mecanismos concretos para incentivar a participação política das mulheres e as diferenças sociais entre as integrantes e suas trajetórias. Porém considero importante salientar alguns fatores e a forma como cada interlocutora se expressou sobre os pais, e como estes foram, de alguma forma, responsáveis pelo que são hoje. O fato de os pais aparecerem ou não nas entrevistas pode ter a ver com o que elas mesmas consideram que é uma trajetória que deva ser contada; a trajetória que socialmente é relevante e se aproxima da luta de libertação, ou não.

Um dos aspectos da trajetória de vida das interlocutoras que me interessou discutir nesse trabalho é a maternidade, porém durante as entrevistas elas foram sucintas em falar sobre isso, algumas delas nem sequer falaram sobre o casamento ou seus filhos, tornando assim indisponíveis as informações sobre esse aspecto de suas vidas, numa pesquisa com as limitações de tempo e foco como a do mestrado. Num total de sete interlocutoras, apenas três delas afirmaram que têm filhos e o assunto se desenha como interessante para futuras pesquisas em que a maternidade, o cuidado dos outros e a relações de parentesco possam ser analisadas como assuntos políticos.

## 5. DJARIATO GOMES DJALÓ “NTA MADJA HOMIS”

“Você me diz para ficar quieta porque minhas opiniões me deixam menos bonita,  
mas não fui feita com um incêndio na barriga para que pudessem me apagar  
não fui feita com leveza na língua para que fosse fácil de engolir  
fui feita pesada  
metade lâmina  
metade seda  
difícil esquecer e não tão fácil de entender”  
(Rupi Kaur).



A entrevista com Djariato aconteceu em março, 4 dias depois das eleições legislativas do país e do comunicado oficial da Comissão Nacional de Eleições (CNE) sobre o vencedor da eleição e os deputados eleitos para a legislatura de 4 anos no parlamento guineense. Por conta da agenda da interlocutora, entre entrevistas, campanha eleitoral, e participação em reuniões do partido, só foi possível o encontro nesse dia. A entrevista durou menos de uma hora, foi feita num espaço aberto, próximo a uma das escadarias da sede do PAIGC, por ser um momento pós resultado da eleição tinha muitas pessoas frequentando a sede, o único espaço tranquilo naquele momento era aquele lugar.

Assim como as demais interlocutoras, tive o primeiro contato com Djariato desde os primeiros dias de visita à sede da UDEMU e nos eventos da mesma organização que eu acompanhei. Por ser funcionária pública e por não possuir nenhuma função de chefia nos departamentos do partido e da UDEMU a nível central (capital), a interlocutora não permanece o dia todo na sede, e este fato contribuiu na demora em entrevistá-la.

Um detalhe interessante da trajetória política da interlocutora é o fato dela ter se inserido no campo político através da admiração que nutre pelo tio. A expressão “*nta madja homis*”, para uma tradução não direta do *kriol*, significa ‘eu atropelo/desafio, enfrentado, bato de frente com os homens’. A fala da interlocutora se refere ao fato de ela ter ocupado espaços que na sua maioria eram ocupados por homens, além disso, mesmo ela sendo muito nova, ocupa espaços que ora eram reservados para pessoas mais velhas e, majoritariamente, homens. Prefiro manter o original desta fala no texto, pelo fato de entender que algumas expressões no *kriol* não são passíveis de tradução para o português, e por vezes, quando traduzidas perdem o peso e a densidade do seu significado original. Diferente das duas primeiras interlocutoras analisadas, a Djariato não teve participação na Luta Armada da Libertação, ela nasceu depois, sendo assim, algumas questões ligadas a esse processo não fazem parte da sua trajetória/experiência.

Djariato Gomes Djaló, a mais nova interlocutora da pesquisa, tem 34 anos de idade e é casada pelo uso e costume da sua etnia (casamento tradicional)<sup>23</sup>. É Licenciada em Economia, funcionária do Ministério da Agricultura desde 2010, e ligada ao gabinete de planificação agrária. Assim como qualquer membro da UDEMU, Djariato é também membro do PAIGC, e foi candidata pela primeira vez ao cargo de deputada do parlamento a nível da região de Biombo, pelo mesmo partido na última eleição legislativa de 10 de março de 2019. Segundo ela, não foi eleita por uma diferença de 100 votos. Entretanto, considera válida a sua participação, e pretende candidatar-se mais vezes.

Durante a conversa, Djariato me contou que já foi assessora do secretário de Estado da agricultura, deseja um dia poder especializar-se em economia agrária. Atualmente é secretária da UDEMU na região de Biombo e membro da comissão política regional. Questionada sobre sua pertença étnica, faz questão de se identificar primeiro como guineense. Durante a sequência da conversa ela afirma: “prefiro identificar-me assim, já que pertencemos a três etnias diferentes”. Djariato não é exceção em relação a tripla e múltipla pertença étnica. Sendo a Guiné-Bissau um país multiétnico, é recorrente encontrar muitos guineenses que pertencem a mais de uma etnia. Ou seja, as mestiçagens etnolinguísticas são muito frequentes.

Outro fator importante que merece ser realçado, é o fato de a Djariato ser a única interlocutora da pesquisa que especificou a religião a qual pertence. Isto nos leva também ao seu modo de vestir, pois no dia da entrevista ela estava usando um vestido, uma calça por baixo, uma camisa manga longa e véu (hijab)<sup>24</sup>. Questionada sobre o porquê do uso de hijab, a interlocutora afirma que tem a ver com a sua religião islâmica. De igual modo as duas primeiras interlocutoras, a Djariato começou a trajetória política muito cedo, se comparado com outras mulheres da sua idade. Entretanto, ela não acompanhou a luta armada. Ou seja, a

---

<sup>23</sup> Na Guiné-Bissau cada etnia tem sua forma de realizar o casamento tradicional, entretanto é comum a família do marido dar dote à família da mulher, o dote varia de etnia para etnia.

<sup>24</sup> Usado na Guiné-Bissau majoritariamente pelas mulheres da religião islâmica, sua obrigatoriedade ou não, e circunstâncias de uso ainda geram um debate. Mais detalhes sobre seu uso ou não, ver o estudo feito no Brasil por: Castro, Cristina Maria de. 2015. Usar ou não o hijab no Brasil? Uma análise da religiosidade islâmica em um contexto minoritário. *Revista Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 363-383. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0100-85872015v35n2cap15> >

trajetória dela começa numa época em que o país já se encontrava livre do colonialismo português e um pouco antes do início da abertura pluripartidária. O trecho da fala dela evidencia muito bem essa fase:

[...] Por sorte fui do PAIGC desde criança, dei os primeiros passos através do meu falecido tio (Aliu Djaló) que foi um dos grandes dirigentes do partido. Sempre estive atrás do partido, me chamavam de mulher do Cipriano Cassamá<sup>25</sup> (Djariato Djaló, entrevista realizada em Bissau, março de 2019).

A interlocutora afirma que mesmo estando com idade para militar na Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC/PAIGC), ela preferiu militar logo na UDEMU aos 23 anos de idade, e começou a dirigir a região de Biombo desde os 24. Questionada sobre o porquê da sua integração com a UDEMU, a interlocutora respondeu o seguinte: “Me integrei na UDEMU como forma de poder contribuir na mudança de situação de mulheres desfavorecidas nos espaços de tomadas de decisões”.

No que diz respeito à história educacional da Djariato, percebemos algumas mudanças em relação às trajetórias da Ulé e da Maria. Se considerarmos a idade da Djariato é possível afirmar que ela iniciou os seus estudos numa época em que o país já dispunha de algumas escolas de ensino básico e secundário, diferente da época da luta. Outro ponto da trajetória da Djariato que difere das duas é o fato de ela ter feito o curso superior de licenciatura em economia em Bissau. Se retomarmos a trajetória das duas, veremos que as escolhas sobre formação superior na época da luta era muita das vezes direcionada a necessidades do estado para suprir as lacunas a nível de cuidados básicos de saúde e de ensino. Tratava-se de colocações e não de escolhas e/ou projetos de vida. Ou seja, as escolhas do indivíduo sobre sua profissão estavam limitadas pelo sentido de obrigação de todo guineense de preencher as lacunas que os dirigentes consideravam ser importantes na época, por este motivo a maioria delas têm formação técnicos em cursos de curta duração em pedagogia, enfermagem, economia, técnico de produção agrícola, entre outras.

Nas palavras de Galetti (2013), a trajetória de vida dos indivíduos é cheia de histórias que podem mostrar que alguns padrões socialmente construídos, que parecem que

---

<sup>25</sup> Membro do PAIGC, atual presidente da Assembleia Nacional Popular.

já foram superados, ainda podem estar vigentes. No caso das interlocutoras da pesquisa, a falta de reconhecimento por parte do Estado, se comparado com os homens ex-combatentes da liberdade da pátria, a baixa representação nos espaços de poder, e a hierarquização social entre homens e mulheres são alguns padrões de vida que ainda se repetem, mesmo depois de 46 (quarenta e seis) anos da independência do país e da aprovação de algumas leis e políticas públicas direcionadas à igualdade entre homens e mulheres. A história da interlocutora subverte a lógica dominante, mas, mesmo assim, através da fala dela e das demais interlocutoras é possível perceber que algumas questões não foram superadas ainda, mesmo depois da mudança de status das mulheres como, por exemplo, o fato de a Djariato ser chamada de esposa de um dos políticos influentes da Guiné-Bissau como forma de validar suas ações.

De forma sucinta, neste artigo é possível afirmar que as três experiências biográficas analisadas apontam para alguns pontos em comum, como o fato de pertencerem à mesma organização, e partilharem a mesma ideologia partidária. É importante realçar que além dessas mulheres serem urbanas, escolarizadas, pertencentes a uma organização específica de mulheres e, por último, politizadas num certo sentido, torna-as pertencentes a uma categoria específica e singular de mulheres da UDEMU, como colocado inicialmente neste artigo, o trabalho não está dando conta das trajetórias ou experiências biográficas de vida de todas as mulheres guineenses, portanto, algumas afirmações/conclusões dizem respeito a um grupo específico.

Em alguns relatos a família aparece como inspiração política, mas para outras a decisão faz parte de estratégias e escolhas em um mundo de possibilidades mais limitado, um engajamento na luta que não é herdado, mas construído na medida que vai se inserindo nela. Outras mulheres como Carmem Pereira, Titina Silá, e outras, foram citadas também como inspiradoras. O PAIGC e a UDEMU aparecem também como organizações com elementos significativos na vida das mulheres entrevistadas, porque foi a partir delas que algumas reordenaram suas trajetórias políticas e, conseqüentemente, sua emancipação. O resultado de tudo isso expressa-se na forma como algumas dessas mulheres têm conquistado os espaços públicos e de tomada de posição, bem como os cargos que esses espaços proporcionam. De



fato, estar na UDEMU e no PAIGC é fundamental nas suas trajetórias, é a partir daí que conseguem ou disputam sua presença política contemporânea ou a busca pelo reconhecimento que, para algumas, é ainda considerado pouco. É relevante colocar também que algumas especificidades das experiências analisadas permitiram compreender que o capital simbólico familiar reflete de certa forma nas questões como destaque político, protagonismo a nível partidário e nacional.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, a dissertação, assim como este artigo, só foi possível graças às experiências compartilhadas com as interlocutoras da pesquisa. Essas experiências em conjunto com um olhar antropológico permitiram direta ou indiretamente a construção de um conhecimento sobre as histórias de vida de algumas mulheres que fazem parte da UDEMU.

O trabalho permitiu concluir que as mulheres guineenses têm se reinventado ao longo do tempo para recusarem o espaço tradicionalmente relegado a elas, participando da luta armada e da construção de uma sociedade igual para homens e mulheres. As experiências biográficas foram igualmente essenciais para entender que as trajetórias de vida são mais que construções individuais e familiares, elas são também o projeto político e educacional de uma nação. O capital político, econômico e cultural da família influencia nas trajetórias individuais ou nacionalista, nos relatos de algumas interlocutoras a família aparece como inspiração política e motivo para participação na luta, em outras a decisão faz parte de estratégias e escolhas em um mundo de possibilidades mais limitado, sendo construído o engajamento na luta à medida em que vão se inserindo nela. A análise das experiências biográficas apontou também para aspectos em comum e específicos na vida das mulheres, pontos que permitem compreender alguns temas de destaque nas suas narrativas, tais como protagonismo, destaque político, influências para participarem da luta e de alguns movimentos sociais, algumas destas moldadas pela família.

Algumas mulheres como a Carmem Pereira, Titina Silá, Teodora Inácia Gomes e outras, apareceram em vários relatos como inspiradoras, o PAIGC e a UDEMU aparecem



também como organizações com elementos significativos na vida das mulheres, porque foi a partir deles que algumas reordenaram suas trajetórias políticas e, conseqüentemente, sua emancipação, o resultado de tudo isso expressa-se na forma como algumas dessas mulheres têm conquistado os espaços públicos e de tomada de decisão, bem como os cargos que esses espaços proporcionam. De fato, estar na UDEMU e no PAIGC é fundamental nas suas trajetórias, é a partir daí que conseguem ou disputam sua presença política contemporânea ou a busca pelo reconhecimento que consideram pouco. Por fim, não menos importante, acredito que com esse trabalho foi possível contar/escrever uma parte da narrativa histórica da luta da libertação a partir dos relatos femininos, que outrora foram esquecidos e/ou negligenciados nas histórias oficiais sobre a Luta Armada da Libertação.

## Referências

- Arvanitis, Yannis. 2014. Guiné Bissau. In: *Perspectivas económicas em África - Países Africanos da CPLP*. Paris: AfDB, OECD, UNDP, pp. 37 – 51. Disponível em: < [www.africaneconomicoutlook.org/po](http://www.africaneconomicoutlook.org/po) >. Acesso em: 18 março. 2018.
- Born, Claudia. 2001. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos”. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, nº 5, p.240-265.
- Castro, Cristina Maria de. 2015. Usar ou não o hijab no Brasil? Uma análise da religiosidade islâmica em um contexto minoritário. *Revista Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 363-383. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0100-85872015v35n2cap15> >
- Feixa, Carles e Leccardi, Carmem. 2010. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. In: *Revista Sociedade e Estado - Volume 25, Número 2, maio / agosto*, p. 185-204.
- Galetti, Camila Carolina Hildebrand. 2013. Empoderamento feminino e trajetória de vida: os modelos rígidos do ‘ser mulher’”. In: *Revista Vernáculo Número 31, 1º. Dossiê Perspectivas e trajetórias docentes em Maringá (PR)* Organizador Fagner Carniel. p.69-87.
- Gomes, Patrícia Godinho. 2016. As outras vozes: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau”. *Odeere*. Revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, janeiro.
- Impanta, Iadira Antonio. 2015. Estudantes Guineenses na UNILAB, Ceará, Brasil: Coexistência, representações interétnicas e questões de gênero. Redenção. TCC (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).
- Kofes, Suely. 1994. Experiências sociais, interpretações individuais: Histórias de vida, suas possibilidades e limites”. In: *Cadernos Pagu* (3): pp. 117-141.

- Monteiro, Artemisa Candé. 2013. Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado Nacional – conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Pacheco, Ana Claudia Lemos. 2013. Mulher negra: afetividade e solidão. Salvador, Bahia: ÉDUFBA.
- Semedo, Maria Odete da Costa Soares. 2005. Educação como direito. In: *Anais do Encontro Internacional de Educação*, Gravataí/RS/Brasil (CD).
- Velho, Gilberto. 1999. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

